

01-0525/2006

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0525 / 2006

DE

2006

ATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0525 / 2006

DE

11/09/2006

ROMOVENTE:

VEREADOR

JORGE BORGES

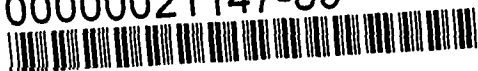
EMENTA:

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE BENS PERMANENTES ÀS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE SÃO PAULO, E DÁ PROVIDÊNCIAS

ARQUIVADO EM 28/09/2009

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
5/11/2010 17:41:52

00000021147-80



Mariane R.

CHEFE DE SEÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LEI DO HOJE

COMISSÕES DE: 12- Gabinete Vereador Jorge Borges

Constituição, Justiça
Educação, Cultura, Esportes
Fin. e Orçamento

Folha nº 01 do proc.

Nº 525 de 06

Adetina C. C. - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

PROJETO DE LEI Nº

01 - PL

01-0525/2006

Dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas, nos termos desta Lei e de seu respectivo regulamento, as Escolas Públicas Municipais a receber doação de bens permanentes, de pessoas físicas e jurídicas.

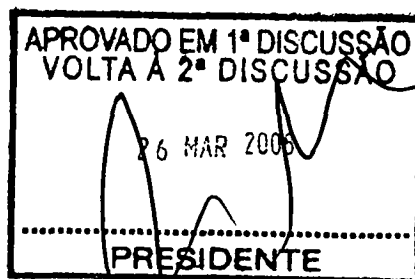
Art. 2º Os bens permanentes doados às escolas serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o patrimônio do estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. As escolas que receberem doações poderão afixar, em local visível, a identificação dos doadores, para conhecimento da comunidade.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

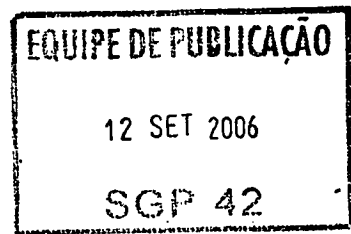
Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Sessões,

JORGE BORGES
Vereador



14:06 11/09/2006 493754 - Legislativo - SGP.22

Seque(m) juntado(s), data,
data documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 2 e 3
Em 25.09.106
Ass: _____

Ad
Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete Vereador Jorge Borges

Folha nº	02	do proc.
Nº	525	de 06
Assinatura Vereador - Ass. Parlamentar		
RF. 100.406		

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva contribuir para a melhoria da educação pública, pois o desenvolvimento e crescimento dependem de um ensino de qualidade.

O poder público têm se esforçado para equipar as escolas, porém há uma lacuna em que a sociedade civil pode ajudar a preencher, possibilitando que equipamentos e facilitadores didático-pedagógicos colaborem com este importante fator de justiça social.

Cada vez mais pessoas estão interessadas, quando não efetivamente preocupadas, com o futuro de nossas crianças.

Por esta razão, nada mais justo do que contribuir com o ensino público, pois através da união de esforços todos ganham: alunos, professores, as empresas, que terão mão de obra mais qualificada, e a própria sociedade, que verá serem reduzidos os níveis de violência.

Divulgar a identidade do doador, é um incentivo para que, cada vez mais membros da sociedade, e até porque não dizer pais possam contribuir com a melhoria da educação.

Por todo o exposto, peço aos meus Pares, que apoiem este projeto de lei, pois o futuro está próximo e a educação não pode esperar.



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo n.º 01-525 de 20 06 25/09/06 (a) 00

Adelina C. Battochio
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

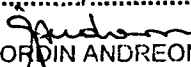
Tendo em vista o disposto no art. 212, incisos III e IV do R.I., sobre o assunto
consta:

LEI 12.406/97


Inácio Veiga
Supervisor de Contr. do Proc. Legislativo
SGP-22

À Com. de Constituição e Justiça

26/09/06


ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 26.9.06 às 14h
[Assinatura]

SOLANGE RAIKONE DOS SANTOS
R.F. 10801
Secretária

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
ADRIANA DA SILVA
Para relatar:
Sala da Comissão de Constituição e Justiça.
Em 29/09/06
[Assinatura]
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 69 do R.I.

RECEBIDO NA ACJ-3
SUPERVISÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA
JURÍDICA DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 06/10/06 ÀS 1330 HS
POR *[Assinatura]*

A / 20/10/06 - 12:00 h

REDISTRIBUÍDO
Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
KAMIA
Para relatar:
Sala da Comissão de Constituição e Justiça.
Em 13/04/07
[Assinatura]
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 69 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 18/4/07 ÀS 17h
POR *[Assinatura]*
SAÍDA 02/05 ÀS 14h 00 ASS: *[Assinatura]*

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue(m) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº 04 e 05 e livro de informação nº
SOLANGE RAIKONE DOS SANTOS
R.F. 10801
Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 0674/2007

Folha n.º 04 do proc.
n.º 01-525 de 20 06
Solange Rainonda dos Santos
RF. 10.801

PARECER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 525/06.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Jorge Borges, que visa autorizar as escolas públicas municipais a receber doação de bens permanentes (móveis) de pessoas físicas e jurídicas.

Determina, ainda, que as escolas que receberem doação poderão como contrapartida afixar em local visível a identificação dos doadores para conhecimento do público em geral.

Inicialmente, cabe observar que a rigor as escolas municipais não necessitam de autorização legislativa para receber em doação bens móveis.

Na espécie, somente seria necessária autorização legislativa porque o projeto faculta à direção das escolas públicas tornar a liberalidade onerosa, mediante a contrapartida de veicular publicidade do doador em próprios municipais (prédios edas escolas), em local visível a toda a comunidade.

Sob o ponto de vista legal nada obsta a presente proposta, eis que incumbe ao Município normatizar a exploração publicitária nas vias e logradouros públicos.

Com efeito, no exercício do poder de polícia administrativa, compete ao Poder Público Municipal disciplinar a afixação de cartazes, anúncios e demais instrumentos de publicidade.

Como ensina Hely Lopes Meirelles, "a publicidade urbana, abrangendo os anúncios de qualquer espécie e forma expostos ao público, deve ficar sujeita à regulamentação e polícia administrativa do Município, por ser assunto de seu interesse local e conter sempre a possibilidade de causar danos ao patrimônio público e à estética da cidade." (in "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, 6ª ed., pág. 364).

Salientamos que o conteúdo da mensagem publicitária veiculada de fato refoge à alçada municipal, eis que o art. 22, inciso XXIX, da Carta Magna reserva privativamente à União a competência legislativa na área de propaganda comercial.

No entanto, pode o Município disciplinar o tamanho, forma e localização dos anúncios na paisagem urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 05 do proc.

nº 01-525 de 20 06

Solange Raimundo dos Santos

RF. 10801

De outro lado, a iniciativa legislativa na matéria é concorrente aos Poderes Executivo e Legislativo, nada impedindo que o Vereador disponha sobre o assunto.

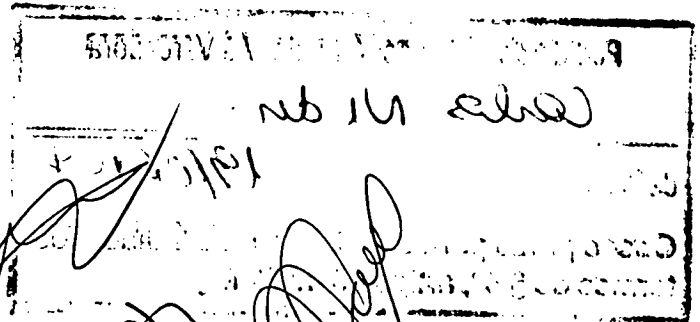
Lembramos, ainda, que o fato da Lei nº 14.223/06, ao disciplinar a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo, ter vedado em seu art. 18 a colocação de anúncio publicitário nos imóveis públicos e privados, edificados ou não, não representa óbice à aprovação da presente proposta, eis que a mesma configura uma exceção à regra geral, imposta por diploma legal de mesma hierarquia.

O projeto encontra amparo nos artigos 13, inciso I e 37, "caput", da Lei Orgânica do Município.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 09/5/02



A Douta Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 10/05/07

SOLANGE RAÍM DE SOUZA
R.F. 10301
Secretária

RECEBIDO
Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Em 10/05/07
RF 10799
MONICA R.S. PAIVA
RF 10.799
Secretária

Ao Membro Vereador / À Membro Vereadora
Eliete Gabriel
Para
Sala
Em 25.05.07
Obs: o prazo para devolução é de 2 dias, nos termos do § 4º, artigo 63 do R. I.

Pedido de vistas ao Vereador / à Vereadora
Carlos N. L. da
deferido na reunião de 19/06/07
Obs: o prazo para devolução é de 2 dias, nos termos do § 4º, artigo 63 do R. I.

Pedido de vistas ao Vereador / à Vereadora
Beto W. S. da
deferido na reunião de 27/06/07
Obs: o prazo para devolução é de 2 dias, nos termos do § 4º, artigo 63 do R. I.

Seguindo o protocolo nº 06
e para a informação rubrica
Em 10/08/07
MONICA R.S. PAIVA
RF 10.799
Secretária



Folha nº 06 do proc
nº 525 de 06
Mônica R. A. Palva

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

16 - PAR
16- 1183/2007
PARECER N°

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SOBRE O PROJETO DE LEI N° 525/2006.

De autoria do n. Vereador Jorge Borges, dispõe a matéria sobre a doação de bens permanentes às escolas municipais de São Paulo.

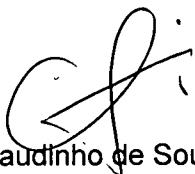
A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer de legalidade às fls. 4 e 5.

Esta Comissão avalia que a matéria se inclui no propósito de estabelecer critérios objetivos de estimulação da conduta de responsabilidade social que devem, além do Poder Público, ter a população, as associações e o empresariado em geral para com a melhoria das condições de instalações e equipamentos das escolas municipais da Cidade.

Nesse propósito, a abertura desse canal de diálogo constitui um serviço público importante, relativamente simplificado e de grande importância para a efetivação de medidas a que se propõe.

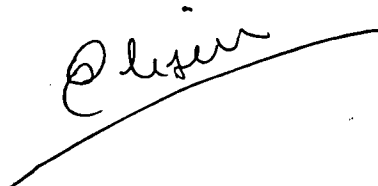
Desse modo, favorável é o nosso parecer.

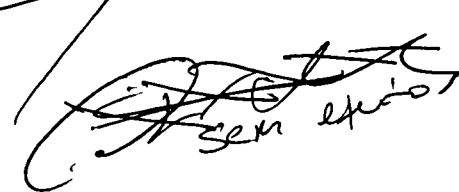
Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 14/10/07


Claudinho de Souza - Presidente


Eliseu Gabriel - Relator









Em 04/09/07

MÔNICA R. A. PAIVA
RF 15.799
Secretária

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO

13/09/07 às 10h00

MÁRIO SÉRGIO HORTA
RF 101.086
Secretário

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
Ru SOOMANO
Para relatar.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento.
Em: 17/9/2007
Presidente
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

17/09/07

Segue _____ juntado _____, nesta data

Documento _____ e papel de informação

Rubricado _____ sob folha _____ nº 07

Em 19/10/07

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



16 - PAR
16- 1533/2007

**MARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

folha nº - 07 - do
Processo nº 525/06
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651 MDS

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO
DE LEI Nº 525/2006**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jorge Borges, visa dispor sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, que serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o patrimônio do estabelecimento de ensino. Os doadores, pessoas físicas e jurídicas, poderão ser identificados para conhecimento da comunidade.

Segundo a justificativa, o Poder Público tem se esforçado para equipar as escolas, havendo, porém, uma lacuna que a sociedade pode ajudar a preencher, possibilitando que equipamentos e facilitadores didático-pedagógicos colaborem com este importante fator de justiça social.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, consideramos que a sociedade pode, efetivamente, colaborar com os esforços da Administração em área de máxima prioridade, conforme ressaltado pelo nobre Autor.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 17-10-07

Publicação de matéria de deliberação
pelas Comissões

Pareceres de fls. 04, 06 e 07

Publicado no D.O.M. de
19 / 10 / 2007

Página(s) 128 Coluna(s) 1ª

Conforme § 1º, artigo 82 do Regimento
Interno

Conferido por:

M.T.S.
MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar

A SGP-23

São Paulo, 22 / 10 / 07

M.T.S.
MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar

RECEBIDO EM SGP-23

EM 23 / 10 / 07

AS 14:00

TECNICO

Sr. Orlando,

Juntar ao presente PL o REC 123/07 da Bancada do PSDB.

31/10/07

J. Santos
JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Sr. Supervisor,

Providenciado conforme solicitação de V.Sa.

31/10/07

O. R. Mendes
ORLANDO KOCI MENDES
Técnico Administrativo

RECUE 23 juntado neste dia 23

documento 128 sob folha 128 nº 08

Em 31 / 10 / 07



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha n.º 01
n.º 01-555 do Processo
de 06
Orlando Paci Mendes
Técnico Administrativo

11 - REC
11- 0123/2007

RECURSO

Requeiro, na forma regimental, nos termos do artigo 82 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 525/2006, de autoria do Vereador, Jorge Borges, que, dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências, seja submetido a apreciação do Plenário.

Sala das sessões.

C.M.S.P. - S.G.P. 2
-30-Out-2007-16:35-012029

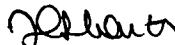
À SGP-23
Em 30/10/2007

ÂNGELA FORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

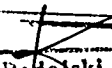
À SGP-21 – Sra Supervisora,

Para as devidas providências, tendo em vista o **RECURSO**.

31/10/07


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
nº 92/0
Em 03/07/08


Eva Podolski
Assistente Parlamentar
Pº 100.453



- "PL 525/2006, do Vereador JORGE BORGES (PP). Dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 525/06. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 10

do processo n.º 01-525/06 03, 04, 20 08 (a) _____

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

À SGP 2

Sra. Secretaria,

A presente propositura foi aprovada em 1ª discussão e votação.

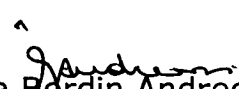
03/04/2008

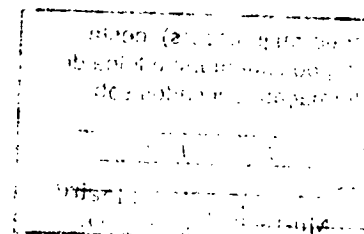

Lizia Oshiro

Supervisora de Apoio ao Plenário-Subst.
SGP -21

CONFERIDO

22/04/08


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo



Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação, vinculados sob
nº 11 e 12
Em 18/12/2008
Ass: Mª José
Maria José de Oliveira
Técnico Administrativo
R.F: 10.940

Folha nº 11
Proc. 01-0525
FL: 28 de 2006
RF 10.940
Maria José de Oliveira
Técnico Administrativo

- "PL 525/2006, do Vereador JORGE BORGES (PP). Dispõe sobre a criação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 525/06. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado. Vai à sanção.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 12 U
do processo n.º 01-0525 de 20 06 18/12/2008 (a) M^a José
Maria José de Oliveira
Técnico Administrativo
R.F: 10.940

À SGP-2

Sra. Secretária

O presente Projeto de Lei foi aprovado em 2ª discussão e votação na 252ª Sessão Extraordinária, no dia 16 de dezembro do corrente.

18/12/2008


Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 23

Sr. Supervisor,

Encaminho os presentes autos para elaboração dos documentos pertinentes à sanção do respectivo Projeto Legislativo

18/12/2008


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO EM SGP-23

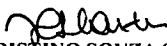
EM 09/01/09

AS 14:40

Sra. Kathya,

Oficiar ao Executivo encaminhando cópia autêntica. Preparar registro e carta de lei.

05/01/09


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

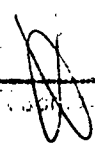
Sr. Supervisor,

Oficiado, conforme solicitação de V. Sa.

05/01/09


KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

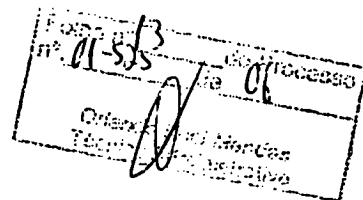
ASSINADO	Em	02/02/09	nesta data
documentado	Em	02/02/09	informação
publicado	Em	02/02/09	folha



Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



São Paulo, 06 de janeiro de 2009.

23 - OF-SGP23
23- 00080/2009

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 16 de dezembro de 2008, relativa ao Projeto de Lei nº 525/06, de autoria do Vereador Jorge Borges, que dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.


JCSS/krms



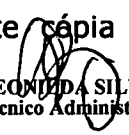
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

01-525/14
06

-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008. Cópia extraída de fls. nº 01 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 525/06). (Ver. Jorge Borges - PP). Dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º Ficam autorizadas, nos termos desta lei e de seu respectivo regulamento, as Escolas Públicas Municipais a receber doação de bens permanentes de pessoas físicas e jurídicas. Art. 2º Os bens permanentes doados às escolas serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o patrimônio do estabelecimento de ensino. Parágrafo único. As escolas que receberem doações poderão afixar, em local visível, a identificação dos doadores, para conhecimento da comunidade. Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação. Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu,

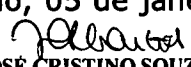

KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

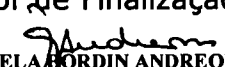
, extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 60 e digitei. Eu,


CREUSA LEONILDA SILVA ZACARIAS
Técnico Administrativo

, a conferi. São

Paulo, 05 de janeiro de 2009. Supervisor de Finalização do Processo Legislativo,


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo

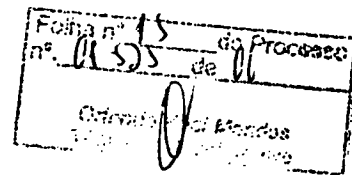
Visto, , Secretária de Apoio Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.-


JCSS/krms





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



LEI Nº

DE

DE

DE 2008

Dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 16 de dezembro de 2008, decretou a seguinte lei:

Art. 1º Ficam autorizadas, nos termos desta lei e de seu respectivo regulamento, as Escolas Públicas Municipais a receber doação de bens permanentes de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 2º Os bens permanentes doados às escolas serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o patrimônio do estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. As escolas que receberem doações poderão afixar, em local visível, a identificação dos doadores, para conhecimento da comunidade.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 05 de janeiro de 2009.

O Presidente,

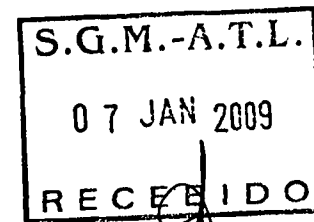
JCSS/krms



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

São Paulo, 06 de janeiro de 2009.

Recebi ofício SGP-23 nº 80, de 06/01/09,
encaminhando ao Executivo cópia autêntica da lei decretada pela Câmara,
relativa ao Projeto de Lei nº 525/06, de autoria do Vereador Jorge Borges.



Marlene Gimenez Ginaldes Antonelli
RF: 548.562.2.00
SGM/ATL



Orlando Kool Mendes
Técnico Administrativo


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
 Supervisor de Finaliz. do Processo Legislativo

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 18 a 20
Em 06/02/09
Ass: _____


Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha nº 18 do proc.
Nº 01-525 de 06
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

São Paulo, 28 de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 18/09

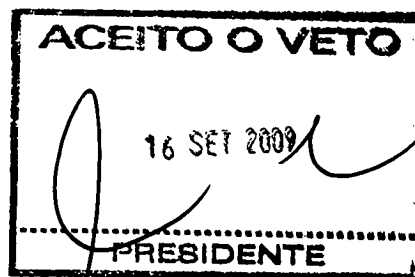
Ref.: Ofício SGP-23 nº 0080/2009

15 - DOCREC
15 - 0091/2009

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE:
Const. Just. e Leg. Participativa
Educação, Cult. e Esportes
Senhor Presidente

08 FEV. 2009

SI NTE



Por meio do ofício acima referenciado, Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia autêntica do Projeto de Lei nº 525/06, de autoria do então Vereador Jorge Borges, aprovado por essa Egrégia Câmara em sessão de 16 de dezembro de 2008, que visa, em síntese, autorizar as escolas públicas municipais a receber doação de bens permanentes de pessoas físicas e jurídicas.

Entretanto, embora reconhecendo o nobre intento que, por certo, norteou a propositura, qual seja, o de que a sociedade civil possa contribuir para dotar as escolas dos necessários equipamentos, conforme consta da justificativa que acompanhou a mensagem, vejo-me na contingência de apor-lhe veto total, ante sua inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, na conformidade das razões adiante aduzidas.

A teor do artigo 70, inciso VI, da Lei Maior local, compete ao Prefeito administrar os bens do Município, no que se inclui, à evidência, a possibilidade de receber bens em doação a serem utilizados pelos órgãos municipais na consecução de seus serviços.

Vê-se, de pronto, que o projeto aprovado pertence à categoria das leis autorizativas impróprias, vez que veicula autorização concedida pelo Legislativo ao Executivo, sem que este a tenha pedido, até porque dela não necessita para a implementação da providência em tela. Versando sobre matéria de exclusiva atribuição do Prefeito, a medida contrapõe-se ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes, estabelecido no artigo 2º da Constituição Federal, igualmente previsto

J.M.S.P. - SGP 2

-28-Jan-2009-17:55-012606



no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo e no artigo 6º da Lei Orgânica Paulista.

No uso de sua competência legal, o Executivo editou o Decreto nº 40.384, de 3 de abril de 2001, que, nos termos de seu artigo 2º, prevê que "todos aqueles que pretenderem realizar doações de bens móveis e serviços, com ou sem encargo para a Administração, poderão fazê-lo diretamente nas Secretarias Municipais, às quais competirá a análise jurídica da proposta".

O mencionado decreto disciplinou adequadamente a matéria, permitindo a todas as Secretarias Municipais, e não apenas as escolas, o recebimento de bens e serviços em doação, que, ademais, não se limita aos bens permanentes.

Conclui-se, portanto, que a propositura, além de versar matéria de cunho exclusivamente administrativo, de competência da Chefia do Executivo, culmina por restringir a possibilidade de contribuição da sociedade civil ao melhor funcionamento das unidades da Administração Municipal, desatendendo, assim, o interesse público, pelo que sou compelido a vetá-la integralmente, com fulcro no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Nessas condições, devolvo a matéria ao reexame dessa Egrégia Casa de Leis, renovando a Vossa Excelência, na oportunidade, meus protestos de apreço e consideração.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

Ao

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo


JAM/bam
VT 25-06



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 20
do processo n.º 01-525 de 06 06/02/09 (a) ad

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro - 0.406

Às Comissões de:
Constituição, Justiça e Legislação Participativa e
Educação, Cultura e Esportes.

Para emissão de Parecer Conjunto sobre o Veto Total apostado pelo Executivo à
matéria objeto do presente projeto.

06/02/09


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

20 80 de
syngl

RECEBIDO
 Comissão de Constituição e Justiça
 Em 10/02/09 às 12 h
[assinatura] RF 11120

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
 RF 11.120
 Secretário

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
 EM 10/02/09 AS 16:20h
 POR dina
 SAÍDA: ÀS: h ASS: .

Ao Nobre Vereador/A Nobre Vereadora
Jose Olimpio
 Para Recusar
 Sala da Comissão de Constituição e Justiça e
 Lei, do Partido Político
 Em 10/03/2009
[assinatura]
 Presidente
 Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias,
 nos termos do § 3º do artigo 63 do R.J.

A SGP-21, face do prazo
 prevista no artigo 364 do
 Regimento Interno.
 SP. 16/3/09

SOLANGE RAINHOE DOS SANTOS
 R.F. 10864
 Secretária

RECEBIDO
 Em 16/03/09
[assinatura]

Segue(m) juntado(s), nesta
 data, documento(s) e folha
 de informação rubricados sob
 nº 21222
 Em 18/09/09
 Ass: [assinatura]

Assistente Parlamentar
 RF 100453



– “Discussão e votação únicas do VETO TOTAL ao PL 525/2006, do Vereador JORGE BORGES (PP). Dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências. (DOCREC - 91/09). REJEIÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos a manutenção do veto total ao PL 525/06. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovada a manutenção. Arquite-se.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 22 ✓
do processo n.º 01-525 de 2006 18 / 09 / 09 (a) _____

Eva Popolski
Assistente Parlamentar
RF 100453

À SGP-2

Sra. Secretária

O veto total, aposto à Lei objeto do presente Projeto de Lei foi mantido na 52ª Sessão Extraordinária, realizada em 16 de setembro do corrente.

18/09/2009

Luzia de Almeida Leite
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 23

Sr. Supervisor,

Oficiar ao Executivo comunicando a manutenção do Veto Total.

18/09/2009

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

**RECEBIDO EM
- SGP-23 -**

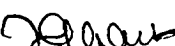
18 SET 2009

17:00 Horas

Sr. Anderson,

Oficiar ao Executivo comunicando a manutenção do veto total.

16.09.09


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Sr. Supervisor,

Oficiado conforme despacho de V.Sa.

16.09.09


ANDERSON ROGERIO DE SOUZA
Técnico Administrativo

Segue <u>1m</u> juntado <u>5</u> nesta data
documento <u>5</u> e papel de
informação
rubricada <u>5</u> sob folhas <u>2</u> nº <u>23925</u>
Em <u>22/09/09</u>


Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

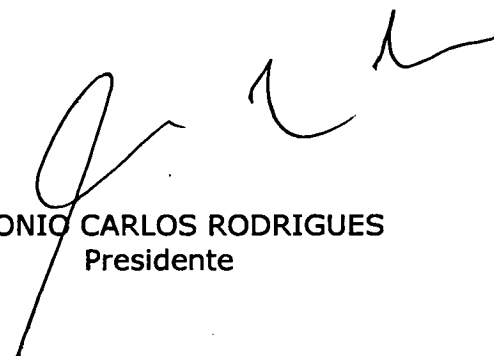
São Paulo, 17 de setembro de 2009.

23 - OF-SGP23
23- 03076/2009

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que em sessão de 16 de setembro do corrente, a Câmara, em votação realizada nos termos do artigo 42, § 5º da Lei Orgânica do Município de São Paulo, resolveu manter o veto total apostado pelo Executivo à lei que dispõe sobre a doação de bens permanentes às Escolas Municipais de São Paulo, e dá outras providências, veto comunicado a esta Edilidade pelo Ofício ATL nº 18, de 28 de janeiro de 2009, referente ao PL nº 525/06, de autoria do Ver. Jorge Borges.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.


JCSS/ars



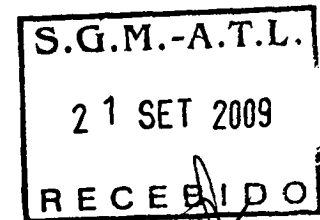
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Tid
488/117
Folha nº 24 do processo
nº 01-525 de 2006

Anderson Rogério de Souza
Técnico Administrativo

São Paulo, 17 de setembro de 2009.

Recebi ofício SGP-23 nº 3076, de
17/09/09, comunicando ao Senhor Prefeito a manutenção do veto total aposto
pelo Executivo à lei relativa ao Projeto de Lei nº 525/06, de autoria do Vereador
Jorge Borges.



Marlene Gimenes Gualdes Anton...
RF: 548.562.2.00
SGM/ATL



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação rubricado com folha nº 25 ✓

do processo nº 01-0525 / 2006

22 / 09 / 2009

(a).....

ANDERSON ROGERIO DE SOUZA
Técnico Administrativo

À

SGP 33 – Sra. Supervisora,
Para arquivamento.

22/09/2009


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº.....e folha de informação
sob nº.....26.....28./09./09.....
.....Ubirajara.....

UBIRAJARA DE F. PRESTES FILHO
CONSULTOR TÉCNICO - HISTÓRIA
RF. 11.215



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 26
do processo 01-525 de 2006 28/09/2009

Ubirajara
Ubirajara F. Prestes Filho
RF 11215

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 26 fls.
Arquivado em 28/09/2009
O Funcionário

Ubirajara F.P.F.
Ubirajara F. Prestes Filho
RF 11215